

Lucas Buril de Macêdo

Objeto dos RECURSOS CÍVEIS

2019



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

M141o Macêdo, Lucas Buril de.
Objeto dos recursos cíveis/ Lucas Buril de Macêdo – Salvador: Editora JusPodivm,
2019.
448 p.

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-2883-8.

2050543

1. Direito Processual Civil. 2. Recursos. 3. Apelação. 4. Julgamento e vias de recursos. I. Macêdo, Lucas Buril de. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1. Objeto da pesquisa: o tema escolhido e a sua importância	23
2. Teses propostas e delimitação temática	25
3. Estrutura do trabalho	26

Capítulo 1

OBJETO DO PROCESSO E OBJETO DO RECURSO.....	29
1. Premissa fundamental: a relação processual e a relação recursal.....	29
2. Objeto do processo.....	34
3. Causa de pedir.....	47
4. Pedido.....	58
5. Exceções e outros modos de ampliação do objeto do processo	61
6. Objeto da relação recursal – enfrentamento da noção de efeito devolutivo e justificativa da opção pelo “caminho inverso” da demanda recursal	64
6.1. Introdução: a relação recursal e o efeito devolutivo.....	64
6.2. Efeito devolutivo: noções gerais	66
6.3. Um aceno sobre o confronto entre objeto da relação recursal e o efeito devolutivo	73

Capítulo 2

FORMAÇÃO DOS RECURSOS CÍVEIS E DECISÃO DOS RECURSOS NA HISTÓRIA DO PROCESSO CIVIL – NOÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O EFEITO DEVOLUTIVO E O OBJETO DO RECURSO	77
1. O nascimento dos recursos cíveis e a cunhagem do efeito devolutivo.....	77
2. Os dois grandes modelos recursais: <i>novum iudicium</i> e <i>revisio prioris instantiae</i>	86
3. Direito Romano	90

3.1.	Recursos no direito romano: a <i>appellatio</i> e a <i>supplicatio</i>	90
3.2.	Objeto do recurso e efeito devolutivo no direito romano	100
4.	Direito Visigótico.....	105
5.	Direito Canônico	108
6.	Direito Lusitano	111
6.1.	Primeiras leis portuguesas	111
6.2.	Ordenações Afonsinas	115
6.3.	Ordenações Manuelinas.....	119
6.4.	Ordenações Filipinas	121
7.	Direito Brasileiro anterior.....	124
7.1.	Regulamento 737	124
7.2.	Códigos de Processo Civil Estaduais e Decreto 848 de 1890.....	127
7.3.	Código de Processo Civil de 1939.....	130
7.4.	Código de Processo Civil de 1973.....	134

Capítulo 3

OBJETO DA RELAÇÃO RECURSAL NO DIREITO BRASILEIRO.....	139
1. Disciplina da causa de pedir e do pedido recursal no CPC/2015.....	139
2. Doutrina brasileira sobre causa de pedir e pedido recursal no CPC/2015	144
2.1. Objeto do juízo recursal na doutrina.....	144
2.2. Efeito devolutivo (e translativo) na doutrina sobre o CPC/2015	146
2.2.1. Considerações gerais sobre o efeito devolutivo	146
2.2.2. Segue: o efeito translativo (crítica).....	148
2.2.3. Os limites da devolução: os capítulos e as questões impugnadas.....	152
2.2.4. Os limites da devolução: as questões suscitadas, porém não impugnadas	155
2.2.5. Os limites da devolução: matérias que poderiam, mas não foram conhecidas – causas de pedir e defesas subsidiárias ou alternativas.....	157
2.2.6. Os limites da devolução: as questões cognoscíveis de ofício.....	160
2.3. Pedido dos recursos no direito brasileiro.....	161
2.4. Causa de pedir dos recursos no direito brasileiro.....	163
3. Pontos relevantes relacionados ao objeto do recurso.....	170
3.1. Julgamento direto do mérito na decisão do recurso	170
3.2. Novas alegações fáticas e jurídicas veiculadas por recurso	185
3.3. Produção de provas pelo tribunal no procedimento recursal	193
3.4. Correção de vícios do processo em sede recursal	198
4. Objeto do recurso nos tribunais: pragmática compreensiva	205

4.1.	Considerações iniciais	205
4.2.	Pedido recursal	206
4.3.	Causa de pedir recursal	215
4.4.	Congruência entre recurso e decisão do recurso nos tribunais	221
5.	Conclusão parcial e primeira tese: da irrelevância da causa de pedir recursal no direito brasileiro e suas consequências práticas	233

Capítulo 4

OBJETO DA RELAÇÃO RECURSAL NOS SISTEMAS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS..... 237

1.	Comparação jurídica no Direito Processual	237
2.	Direito Italiano	239
3.	Direito Português	258
4.	Direito Espanhol.....	264
5.	Direito Inglês	268
6.	Direito Estadunidense.....	273
7.	Direito Argentino.....	282
8.	Direito Peruano	286

Capítulo 5

SISTEMATIZAÇÃO DO OBJETO DA RELAÇÃO RECURSAL 289

1.	Considerações gerais: breve panorama do caminho traçado pela tese	289
2.	Arremate: críticas ao efeito devolutivo como categoria central da Teoria Geral dos Recursos	291
2.1.	Gigantismo inconsistente do efeito devolutivo: um fruto impossível dos modelos processuais inquisitório e dispositivo	291
2.2.	Ainda sobre o gigantismo do efeito devolutivo: necessidade de atrelá-lo ao mérito dos recursos.....	294
2.3.	Incapacidade de o efeito devolutivo representar o nível discursivo do recurso: referência exclusiva aos limites objetivos da demanda original.....	297
2.4.	Ampla abertura para o caos pragmático decorrente da opção pela devolução integral somada à exigência de causa de pedir recursal..	304
3.	Proposta de aproximação entre a Teoria Geral do Processo e a Teoria Geral dos Recursos: os limites da demanda recursal.....	312
3.1.	Princípio dispositivo no processo civil	312
3.2.	Princípio dispositivo no sistema recursal brasileiro	318
3.3.	Necessidade de aproximação entre princípio dispositivo na Teoria Geral do Processo e na Teoria Geral dos Recursos: os recursos cíveis como tutela contra ilegalidades no provimento jurisdicional	322

4.	Redefinição conceitual da demanda recursal e de seus elementos	338
4.1.	Demanda recursal	338
4.2.	<i>Causa petendi</i> recursal.....	345
4.2.1.	Importância da causa de pedir recursal para a delimitação do objeto do recurso.....	345
4.2.2.	Conteúdo da causa de pedir recursal	347
4.2.3.	<i>Error in procedendo</i> e <i>error in iudicando</i>	353
4.3.	Pedido recursal	357
4.4.	Contribuição do recorrido para o objeto do recurso	360
5.	Redefinição do efeito devolutivo.....	362
6.	Objeto do juízo recursal cível – Proposta analítica de nova compreensão do objeto a partir da ressignificação do efeito devolutivo.....	369
6.1.	Composição do objeto do juízo recursal	369
6.2.	Demanda recursal limitada ao mérito e possibilidade de decidir sobre questões de admissibilidade do processo	373
6.3.	Decisão colegiada em grau recursal: necessidade de decisão compartimentalizada de demandas recursais cumuladas.....	376
6.4.	Juízo de mérito do recurso e efeito substitutivo: deixando mais claros os <i>ius rescindens</i> e <i>ius rescissorium</i> nos recursos cíveis	379
6.5.	Um réquiem para a anulação como resultado dos recursos: o recurso como mecanismo sanatório – caso de ampliação do objeto recursal	384
6.6.	<i>Ius novorum</i> nos recursos cíveis.....	389
6.7.	Os modelos recursais de <i>novum iudicium</i> e de <i>revisio prioris instantiae</i> como padrões inadequados para representar a valorização da participação recursal	392
7.	Necessidade de revalorização da dialeticidade como requisito de admissibilidade no Código de Processo Civil.....	397
8.	Aplicação da tese nos recursos em espécie	403
8.1.	Considerações fundamentais: o impacto da dialeticidade nos recursos cíveis.....	403
8.2.	Apelação e recurso ordinário	406
8.3.	Agravo de instrumento, agravo interno, embargos de declaração e agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	408
8.4.	Recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência.....	410
	CONCLUSÕES	413
	REFERÊNCIAS	417